



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 90 / XIV / 3.ª SL

Aos dezanove dias do mês de outubro de 2021, pelas quinze horas, na Sala 7 do Palácio de São Bento, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 1469 \(CDS-PP\)](#)
Recomenda ao Governo uma aposta clara e empenhada de defesa e projeção da Língua Portuguesa.

3. Apresentação e votação de anteprojeto de voto de pesar e condenação pelo assassinato de David Ames.

4. Apresentação e votação de projeto de voto:

[n.º 655/XIV/3.ª \(CH\)](#) - De Condenação pela realização de um encontro entre o Senhor Presidente da República Portuguesa e o ex-Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva

5. Apreciação Parlamentar n.º 51/XIV/3.ª (PSD): admissão das propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 51/2021, de 15 de junho.

6. Apresentação e votação do Relatório de Atividades da 2.ª Sessão Legislativa

7. Aprovação de Atas:

n.º 87, de 28 de setembro;

n.º 88, de 12 de outubro.

8. Outros assuntos



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Iniciada a reunião, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou este por dar as boas vindas a todos, tendo prestado de seguida, no âmbito do **Ponto 1.**, as seguintes informações:

Informou que está prevista uma reunião da Comissão na próxima quinta-feira, dia 21 de outubro, pelas 14h30, para aprovar o parecer da Comissão sobre o OE 2022.

Informou os Senhores Deputados que, querendo, podem remeter aos serviços propostas para o Plano de Atividades, que também será discutido na reunião da Comissão de dia 21 de outubro. Neste ponto não existiu consenso, ficando a matéria adiada para reunião futura.

Por fim, lembrou que está pendente de agendamento a audição do Senhor Secretário de Estado da Internacionalização sobre a execução do Programa Internacionalizar 2030 e a “marca Portugal”.

Mais disse que o Senhor Secretário de Estado sugeriu que a referida audição tivesse lugar a 28 de outubro (quinta-feira), durante a discussão da especialidade do OE2022.

Não havendo consenso sobre a matéria, ficou a mesma adiada para reunião futura.

No **Ponto 2.**, a pedido do CDS-PP, a discussão do Projeto de Resolução N.1469 terá lugar no Plenário.

No **Ponto 3.**, o Senhor Deputado **Nuno Miguel Carvalho (PSD)** procedeu à leitura do anteprojeto de Voto da Comissão, de pesar e condenação pelo assassinato de David Ames. Concluiu, convidando os restantes partidos a associarem-se à iniciativa.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Usou da palavra o Deputado **Paulo Pisco (PS)**, para informar que o GPPS irá associar-se ao Projeto de Voto da Comissão, salientando a gravidade do sucedido.

De seguida, usou da palavra o Deputado **Telmo Correia (CDS-PP)**, para informar que o seu Grupo Parlamentar tinha previsto apresentar um projeto de voto sobre o mesmo tema, sugerindo uma possível consensualização das iniciativas.

Retomou a palavra o Senhor Presidente para concordar com o sugerido, incumbindo os grupos parlamentares de dialogarem entre si e remeterem aos serviços da Comissão uma versão final do texto.

O **Ponto 4.** foi adiado a pedido do CHEGA

Passados ao **Ponto 5.**, o Senhor Presidente optou por admitir parcialmente as propostas de alteração apresentadas pelo PAN com a seguinte fundamentação:

A figura da apreciação parlamentar tem sempre por referência um Decreto-Lei relativamente ao qual se pretende ou fazer cessar a sua vigência ou introduzir alterações ao respetivo articulado. Esta íntima relação é fonte de delimitação objetiva e material do corpus normativo suscetível de alteração: identifica e circunscreve o objeto da apreciação que não pode ser outro, ainda que familiarmente conexo.

Ocorre, no caso presente, que o PAN apresenta um conjunto de propostas que visam promover alterações a um diploma que não é objeto da presente apreciação parlamentar, no caso, o Decreto-Lei n.º 47/2013.

Ora, tal pretensão extravasa a finalidade subjacente ao processo simplificado em sede de apreciação parlamentar. Além de que viola de forma evidente o disposto no n.º 1 do artigo 169.º da Constituição, na medida em que o diploma que o PAN pretende ver alterado, nem sequer pode já ser objeto de apreciação parlamentar, por decurso do prazo ali concretamente indicado (30 dias subsequente à sua publicação). Entendimento contrário defraudaria a teleologia constitucional e regimental associada à figura em apreço, subvertendo os princípios e regras



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

aplicáveis ao poder de iniciativa legislativa e ao próprio processo legislativo comum no âmbito parlamentar.

Com o fundamento atrás exposto, não foram admitidas as propostas apresentadas pelo PAN relativamente aos seguintes artigos: 1.º, 1.º-A (aditamento) e 12.º, todos do DL n.º 51/2021.

No **Ponto 6.**, o Relatório de atividades da 2.ª sessão legislativa foi aprovado com os votos a favor do PS, PSD, BE e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP.

Finalmente, no **Ponto 7.**, foram lidas as atas elencadas na OD, as quais, uma vez submetidas a votação, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do PCP).

_____ // _____

Nada mais havendo a registar, a reunião encerrou pelas dezasseis horas, estando disponível [registo áudio](#) da mesma, assim se lavrando a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2021.

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões (PS)
Edite Estrela (PS)
José Mendes (PS)
Paulo Pisco (PS)
Paulo Porto (PS)
Romualda Fernandes (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Susana Correia (PS)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
José Cesário (PSD)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Alexandra Vieira (BE)
Telmo Correia (CDS-PP)
Olavo Câmara (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa (PS)
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)
Pedro Filipe Soares (BE)
João Oliveira (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Lara Martinho (PS)

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 03 de novembro de 2021.